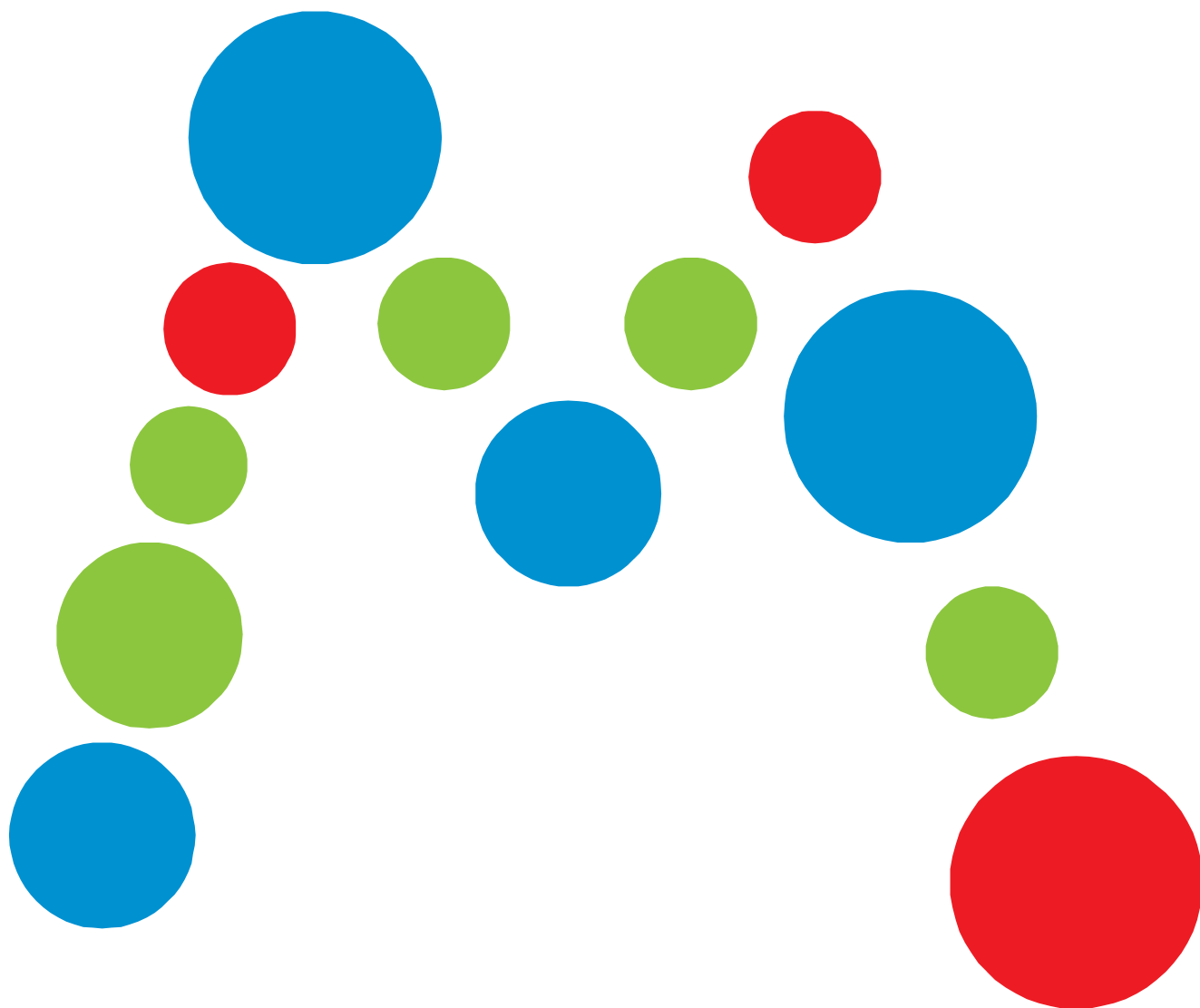


Mercados

informação global



Marrocos Ficha de Mercado

Maio 2010



aicep Portugal Global

Índice

1. País em Ficha	03
2. Economia	04
2.1 Situação Económica e Perspectivas	04
2.2 Comércio Internacional	07
2.3 Investimento	09
2.4 Turismo	10
3. Relações Económicas com Portugal	11
3.1 Comércio	11
3.2 Serviços	15
3.3 Investimento	16
3.4 Turismo	18
4. Relações Internacionais e Regionais	18
5. Condições Legais de Acesso ao Mercado	20
5.1 Regime Geral de Importação	20
5.2 Regime de Investimento Estrangeiro	21
5.3 Quadro Legal	23
6. Informações Úteis	24
7. Endereços Diversos	26
8. Fontes de Informação	28
8.1 Informação Online aicep Portugal Global	28
8.2 Endereços de Internet	30

1. País em Ficha

Área:	710.850 km ² (incluindo o Sahara Ocidental, que ocupa 252.120 km ²)
População:	32.000.000 habitantes (estimativa EIU - 2009)
Densidade populacional:	45,0 habitantes por km ² (estimativa 2009)
Designação oficial:	Reino de Marrocos
Chefe do Estado:	Rei Mohammed VI
Primeiro-Ministro:	Abbas el-Fassi
Data da actual constituição:	13 de Setembro de 1996
Principais partidos políticos:	<u>Lealistas</u> : Congregação Nacional dos Independentes; União Constitucional; Movimento Popular; Aliança Nacional; Partido da Autenticidade e Modernidade. <u>Esquerda e Centro-Esquerda</u> : União Socialista das Forças Populares; Partido Istiqlal; Partido do Progresso e do Socialismo; Esquerda Socialista Unificada. <u>Islamistas</u> : Partido da Justiça e Desenvolvimento. O maior movimento islamita do país é o banido al-Adl-wal-Ihsane (Justiça e Caridade). As próximas eleições deverão ter lugar em 2012
Capital:	Rabat - 1,4 milhões de habitantes (inclui Salé) - censo meados 2004
Outras cidades importantes:	Casablanca (3 milhões), Fés (954 mil), Marrakech (844 mil), Tanger (704 mil) e Kénitra (573 mil)
Religião:	A religião oficial é o islamismo; a maioria da população é muçulmana
Língua:	A língua oficial é o árabe, embora uma minoria significativa fale o berbere. O castelhano é falado nas regiões do Norte e o francês no resto do território
Unidade monetária:	Dirham marroquino (MAD) = 100 cêntimos 1 EUR = 11,1791 MAD (BdP – fim de Abril 2010)
Risco do país:	BB (AAA=Risco mínimo; D=Risco máximo)
“Ranking” em negócios:	Índice 5,37 (10 = máximo) “Ranking” geral: 68 (entre 82 países) (EIU – Abril 2010)
Risco de crédito:	3 (1 = risco menor; 7 = risco maior) (COSEC – http://cgf.cosec.pt - Abril de 2010)
Grau da abertura e dimensão relativa do mercado (2008):	Exp. + Imp. / PIB = 67,5% Imp. / PIB = 44,7% Imp. / Imp. Mundial = 0,25%

Fontes: The Economist Intelligence Unit (EIU) - ViewsWire April 22th 2010; Country Report April 2010;
Organização Mundial de Comércio (OMC);
Banco de Portugal;
Companhia de Seguros de Crédito (COSEC)

2. Economia

2.1 Situação Económica e Perspectivas

A política económica prosseguida, desde 2003, pelo Rei Mohammed VI trouxe ao país estabilidade económica, que se traduziu numa notável evolução do sector financeiro e no grande progresso registado no desenvolvimento do sector dos serviços e do sector industrial.

Apesar disso, a realidade económica marroquina caracteriza-se ainda por uma forte volatilidade do seu crescimento em virtude da excessiva dependência do sector agrícola, que representa entre 16% e 18% do produto interno bruto (PIB) e emprega 42% dos trabalhadores, sendo que alterações neste sector, que depende muito das condições climáticas, provocam efeitos nefastos, sobretudo ao nível do consumo privado. De forma gradual, os restantes sectores deverão registar um maior desenvolvimento, nomeadamente a indústria, que contribui com cerca de 29% para o PIB, destacando-se a indústria transformadora que está concentrada em três áreas de actividade: produtos químicos, indústria agro-alimentar e indústria têxtil e do couro. O sector dos serviços continua a ter um papel predominante na economia do país, com o turismo (caracterizado pelo seu recente dinamismo), os transportes e comunicações, os serviços de intermediação financeira e a construção e obras públicas a assumirem particular destaque.

Muito embora o desempenho da economia marroquina em 2008 tenha superado de forma assinalável o de 2007 (em que se verificou um mau ano agrícola), ao atingir 5,6%, os efeitos da crise global começaram a sentir-se, com o PIB a crescer abaixo das previsões, estando assim comprometido o ambicioso plano governamental (*Emergence II*) de crescer 6% ao ano, mantendo, contudo, o objectivo de criar 220.000 novos postos de trabalho até 2015. A recessão mundial também afectou negativamente a captação de investimento estrangeiro, a principal aposta do governo no combate ao desemprego e à pobreza.

O crescimento económico ao longo do último trimestre de 2009 atingiu 7,8% em termos homólogos, com o sector agrícola a expandir-se fortemente e a indústria também a crescer, apesar da contracção registada no primeiro semestre do ano. Contudo, devido à recessão verificada nos principais mercados de exportação, o crescimento real do PIB em termos anuais ter-se-á situado em 5,2%, sendo a procura interna o principal motor da economia. Para 2010, o *The Economist Intelligence Unit* (EIU) prevê um crescimento de 4,1%, devido ao fraco desempenho do sector agrícola e a uma recuperação relativamente modesta da procura externa, perspectivando-se uma aceleração da actividade económica nos anos seguintes.

A taxa de inflação tem-se mantido controlada, devido, particularmente, a subvenções por parte do Estado, através do mecanismo da caixa de compensação; em 2009 a taxa de inflação baixou consideravelmente (não foi além de 1,2%), motivada, particularmente, por uma mudança de metodologia e pela queda dos preços dos bens alimentares. Para 2010 e anos subsequentes é previsível um

aumento da inflação, em linha com o crescimento dos preços dos combustíveis e dos produtos alimentares.

A taxa de desemprego tem-se mantido relativamente estável, fixando-se em 9,1% em 2009, mas prevê-se um agravamento no corrente ano (9,8%), em linha com a desaceleração da economia.

Depois de vários anos de relativo equilíbrio, a balança corrente sofreu um forte agravamento em 2008 (-6,4% do PIB) devido ao aumento dos preços dos bens alimentares e do petróleo, estimando-se uma melhoria significativa em 2009, fruto de um desagramento do défice comercial, que representa ainda 21% do PIB. As projecções para 2010 apontam para um défice corrente da ordem de 4,8% do PIB, mas deverá verificar-se uma evolução mais positiva até 2012, em consequência de um sector de serviços mais forte e de maiores excedentes nas transferências correntes (onde se destacam as remessas dos emigrantes, grande parte deles a trabalhar na Europa).

Ao contrário dos anos precedentes, em que o saldo orçamental apresentava valores positivos, em 2009 verificou-se um défice das contas públicas correspondente a 2,1% do PIB, em resultado de um recuo das receitas fiscais de 15,2% face a 2008. No entanto, a redução das despesas com os mecanismos de compensação (-18,7%), motivada em especial pela descida dos preços do petróleo, permitiu que o défice não tenha atingido valores mais elevados. Para o corrente ano, as previsões apontam para um agravamento deste indicador.

O peso da dívida pública continuou a diminuir, correspondendo a 53,9% do PIB em 2009, enquanto a dívida externa representa 20,8% do PIB. Em Março de 2010, e num contexto de crise, a Standard & Poors reviu em alta o *rating* da dívida de longo, prazo de BB+ para BBB-, que se traduziu no segundo aumento depois da notação inicial em 1998.

O dirham continua indexado a um cabaz de divisas onde predomina o euro (em 80%). Em final de Abril de 2010, a taxa de câmbio dirham/euro e dirham/dólar situava-se, respectivamente em 11,2 e 8,4.

Uma análise da evolução dos principais sectores da indústria marroquina permite uma leitura relativamente optimista, apontando para que o pico da crise tenha ocorrido em meados do ano 2009, observando-se, senão um crescimento positivo, pelo menos uma redução das taxas de crescimento negativas. Com excepção do têxtil e vestuário (sector no qual se constata uma degradação nos últimos meses de 2009), o sector automóvel, a electrónica e a aeronáutica apresentam progressivas melhorias (o último caso revela uma taxa de crescimento que se aproxima dos 18%).

Em simultâneo, as variáveis internas deram, ao longo de 2009, mostras de robustez, com aumento dos créditos imobiliários (+12,8%), dos créditos para equipamento (+29%), dos créditos ao consumo (cerca de 19%) e do crédito bancário (+9%).

Principais Indicadores Macroeconómicos

	Unidade	2007 ^a	2008 ^a	2009 ^b	2010 ^c	2011 ^c	2012 ^c
População	Milhões	31,2	31,6	32,0	32,3	32,7	33,0
PIB a preços de mercado	10 ⁹ MAD	615,4	688,8	750,6	803,9	860,3	927,2
PIB a preços de mercado	10 ⁹ USD	75	89	93	102	107	114
PIB <i>per capita</i>	USD	2.410	2.810	2.910	3.140	3.270	3.460
Crescimento real do PIB	%	3,2	5,6	5,2	4,1	4,4	4,9
Consumo privado	Var. %	3,8	9,4	7,9	4,3	4,5	4,8
Consumo público	Var. %	4,4	4,8	5,2	5,0	3,6	4,2
Formação bruta de capital fixo	Var. %	14,3	11,7	5,4	4,2	5,0	6,5
Taxa de desemprego	%	9,8	9,6	9,1	9,8	9,6	9,4
Taxa de inflação (média)	%	2,0	3,8	1,2	2,4	2,6	2,7
Dívida pública	% do PIB	63,7	56,0 ^b	53,9	54,1	54,9	55,3
Saldo do sector público ^d	% do PIB	0,2	0,4	-2,1	-4,3	-4,1	-4,4
Balança corrente	10 ⁶ USD	-224	-5.659	-3.112	-4.901	-3.650	-2.713
Balança corrente	% do PIB	-0,3	-6,4	-3,3	-4,8	-3,4	-2,4
Taxa de câmbio (média)	1USD=xMAD	8,19	7,75	8,06 ^a	7,91	8,04	8,11
Taxa de câmbio (média)	1EUR=xMAD	11,21	11,39	11,22 ^a	10,75	11,20	11,51

Fonte: The Economist Intelligence Unit (EIU) – ViewsWire April 22th 2010

Notas: (a) Efectivo
(b) Estimativa
(c) Previsão
(d) Excluindo receitas de privatizações
MAD – Dirham Marroquino

Embora persistam alguns indicadores mais desfavoráveis¹, Marrocos melhorou bastante a sua imagem internacional. Em termos do sector industrial, foram criadas 22 plataformas integradas (previstas no Pacto Nacional de Emergência Industrial, incluindo sectores especialmente vocacionados para a exportação), a agricultura foi reorganizada em fileiras (sector de grande importância, objecto de um plano denominado Marrocos Verde) e o país deu mostras de um estilo de vida moderno e urbano, com o sector do *franchising* e centros comerciais a registarem grande desenvolvimento. Também na área da distribuição foi criado o Plano de Acção Rawaj, com o objectivo de modernizar o comércio interno em termos de infraestruturas, regulamentos e práticas.

O Governo está consciente de que a sua aceitação popular dependerá, em grande parte, do sucesso na resolução dos problemas relacionados com a exclusão económica e social, dirigindo-se mais enfaticamente, através de apoios sociais, às infraestruturas rurais, à educação e à saúde.

¹ Nomeadamente em termos de uma economia informal muito significativa (que prejudica seriamente as finanças públicas), de um sector público sobredimensionado, de um rendimento *per capita* baixo e de um elevado nível de analfabetismo.

Ao nível do seu relacionamento internacional, particularmente com a vizinha Argélia, permanece tenso, devido à zona do Sahara Ocidental que Marrocos entende ser de sua dependência e que a Argélia gostaria de ver independente. Têm existido esforços para se chegar a um entendimento, incluindo a intermediação por parte das Nações Unidas, mas sem resultados visíveis; tal situação resulta numa falta de cooperação entre estes dois países, incluindo a nível comercial, com excepção feita na cooperação para assuntos de segurança. O relacionamento com a UE vem conhecendo um especial desenvolvimento, nomeadamente através de iniciativas como o Estatuto Avançado (<http://www.statut-avance.com/>) de que o país passou a usufruir desde 2009 (privilégio concedido pela UE que distingue Marrocos do resto dos países da bacia mediterrânica) ou a União para o Mediterrâneo. Também com os EUA, as relações têm vindo a evoluir gradualmente de forma muito positiva.

2.2 Comércio Internacional

A balança comercial marroquina é estruturalmente deficitária, tendo-se verificado um agravamento significativo do défice em 2007 e 2008². De facto, nesses dois anos, os sucessivos recordes atingidos no preço do petróleo fizeram aumentar a factura energética, que não foi suficientemente compensada pelo forte crescimento das exportações de fosfatos³, tendo daí resultado um défice da balança comercial de, respectivamente, 14,2 e 19,5 mil milhões de USD.

Para 2009, o *Economist Intelligence Unit* (EIU) estima uma queda acentuada das transacções comerciais, na ordem de 27,5% para as exportações e de 22,8% para as importações, prevendo-se que os anos subsequentes deverão trazer sinais de um crescimento moderado.

Evolução da Balança Comercial

(10 ⁶ USD)	2005	2006	2007	2008	2009 ^a
Exportação	10.690	11.926	15.146	20.330	14.749
Importação	18.894	21.683	29.316	39.827	30.746
Saldo	-8.204	-9.757	-14.170	-19.497	-15.997
Coeficiente de cobertura (%)	56,6	55,0	51,7	51,0	48,0
Posição no "ranking" mundial					
Como exportador	69º	71º	70º	69º	n.d.
Como importador	56º	56º	54º	52º	n.d.

Fontes: The Economist Intelligence Unit (EIU) e Organização Mundial de Comércio (OMC)

Notas: (a) Estimativa EIU

n.d. – Não disponível

A diminuição das importações de petróleo bruto e de produtos energéticos diversos foram responsáveis por 60% do decréscimo das importações globais. Por outro lado, os constrangimentos ao nível das exportações deveram-se, sobretudo, à queda dos preços dos fosfatos e derivados e à decisão do *Office*

² Entre 2004 e 2008, verificou-se um aumento médio anual do défice da balança comercial da ordem de 25%.

³ Em 2008 constituiu o principal produto de exportação.

Chérifien des Phosphates de suspender temporariamente a sua venda, em virtude da diminuição da procura mundial e a fim de evitar uma maior deterioração dos preços (medidas que se traduziram numa diminuição do valor exportado em cerca de 61%); à concorrência dos países de baixos custos, nomeadamente os asiáticos; e à descida registada na procura europeia.

Principais Clientes

Mercado	2007		2008		2009	
	Quota	Posição	Quota	Posição	Quota	Posição
França	28,1	1 ^a	22,8	1 ^a	24,4	1 ^a
Espanha	20,7	2 ^a	17,5	2 ^a	20,2	2 ^a
Índia	3,2	6 ^a	6,8	3 ^a	5,8	3 ^a
Itália	5,4	3 ^a	4,2	5 ^a	4,6	4 ^a
Reino Unido	5,2	4 ^a	3,4	7 ^a	3,3	5 ^a
EUA	2,6	7 ^a	3,7	6 ^a	3,2	6 ^a
Portugal	1,8	11^a	1,1	15^a	1,2	17^a

Fonte: World Trade Atlas (WTA)

Principais Fornecedores

Mercado	2007		2008		2009	
	Quota	Posição	Quota	Posição	Quota	Posição
França	15,3	1 ^a	15,5	1 ^a	15,5	1 ^a
Espanha	10,5	2 ^a	10,0	2 ^a	12,5	2 ^a
China	6,0	4 ^a	5,8	5 ^a	7,9	3 ^a
EUA	6,0	5 ^a	4,9	7 ^a	7,1	4 ^a
Itália	6,6	3 ^a	6,7	4 ^a	6,4	5 ^a
Alemanha	4,9	8 ^a	4,7	8 ^a	5,3	6 ^a
Portugal	1,2	20^a	1,3	19^a	1,2	21^a

Fonte: World Trade Atlas (WTA)

A União Europeia é o principal parceiro comercial de Marrocos (representa cerca de 60% das transacções comerciais do país, sendo mais importante enquanto cliente), impondo-se as razões históricas que fazem de França e de Espanha os seus principais mercados de exportação e importação. Estes dois países foram, em 2009, o destino de cerca de 45% das vendas e a origem de 28% das compras marroquinas ao exterior.

De salientar que as exportações marroquinas para a UE registaram uma queda de 29% em 2009 (face ao ano anterior), enquanto as importações diminuíram 20%. O Acordo de Associação com a UE continuará a assegurar a posição especial da União no comércio marroquino, embora os acordos de livre

comércio assinados entre Marrocos e os EUA, bem como com outros Estados (nomeadamente Tunísia, Egípto, Jordânia, Turquia e países do Golfo Pérsico), ajudem gradualmente a diversificar mercados.

Em 2009, Portugal ocupou o 17º lugar do *ranking* de clientes, com uma quota de mercado de 1,2%; no contexto da UE, Portugal posicionou-se em 8º lugar. Enquanto fornecedor, a posição não foi além da 21ª (10ª no âmbito da UE), a que correspondeu uma quota de mercado de 1,2%.

Principais Produtos Transaccionados – 2009

Exportações / Sector	%	Importações / Sector	%
62-Vestuário e seus acessórios, exc. de malha	16,2	27-Combustíveis/óleos minerais	21,5
85- Máquinas, aparelhos e materiais eléctricos	15,0	84-Máquinas e aparelhos mecânicos	19,3
28-Produtos químicos inorgânicos	8,5	85- Máquinas, aparelhos e materiais eléctricos	7,4
61- Vestuário e seus acessórios, de malha	6,0	87-Veículos automóveis e partes	5,4
03-Peixes, crustáceos e moluscos	5,4	72-Ferro fundido, ferro e aço	5,3
25-Sal, enxofre, gesso, cal e cimento	4,9	39-Plásticos e suas obras	4,1

Fonte: World Trade Atlas (WTA)

A análise sectorial das transacções comerciais revela, em 2009, uma regressão das exportações da maior parte dos sectores de actividade. Os produtos de consumo (29,4% do total exportado em 2009) diminuíram 2,2% relativamente a 2008, devido fundamentalmente à queda das exportações de vestuário (-6,6%); em contrapartida, as vendas ao exterior de calçado registaram um aumento de 8%.

As exportações de produtos semi-acabados (27,3% das exportações) tiveram um decréscimo de 42,6%, para o qual contribuíram a queda dos adubos naturais e químicos (-49,3%) e do ácido fosfórico (-65%). Também os produtos agro-alimentares (20,8% do total) diminuíram 11,4%, em virtude, sobretudo, da regressão das vendas de crustáceos e moluscos (-25%) e de citrinos (-34%). De assinalar ainda a queda acentuada das exportações de fosfatos (-71%).

Do lado das importações, o decréscimo verificado em 2009 decorreu, em grande parte, da redução das importações de produtos energéticos (-25,4%), de bens de equipamento (-6,9%) e de produtos semi-acabados (-23,3%).

2.3. Investimento

De acordo com o *World Investment Report 2009* publicado pela UNCTAD, os dados relativos aos fluxos de investimento estrangeiro são reveladores de duas realidades: Marrocos não é um *player* a nível mundial nesta área, ocupando posições muito modestas nos respectivos *rankings* e recebe maiores fluxos de investimento estrangeiro do que aqueles que emite.

Em termos de captação de fluxos de investimento directo estrangeiro (IDE), a partir de 2008 assistiu-se a uma quebra significativa, particularmente no último ano (-29,6%), em linha com a crise económica a que se assistiu a nível mundial. Estimativas recentes do EIU revelam que o *stock* de IDE atingiu 42,8 mil milhões de USD em 2009, correspondente a cerca de 1,3 mil milhões de USD *per capita* e a 46% do PIB.

Investimento Directo

(10 ⁶ USD)	2005	2006	2007	2008	2009 ^a
Investimento estrangeiro em Marrocos	1.620	2.366	2.807	2.466	1.736
Investimento de Marrocos no estrangeiro	74	451	632	316	325
Posição no “ranking” mundial					
Como receptor	65 ^a	66 ^a	62 ^a	67 ^a	n.d.
Como emissor	75 ^a	61 ^a	67 ^a	67 ^a	n.d.

Fontes: The Economist Intelligence Unit (EIU) e UNCTAD - World Investment Report 2009

Notas: (a) Estimativas EIU

n.d. – não disponível

Grande parte do investimento estrangeiro destina-se ao sector industrial, apesar dos sectores bancário, do turismo e serviços representarem também uma fatia importante do mesmo. Como principais investidores destacam-se a França, Espanha, EUA, Alemanha e Arábia Saudita. A título de exemplo, algumas das maiores empresas que têm investido em Marrocos ultimamente, incluem o grupo sul-coreano *Daewoo*, o grupo franco-italiano *SGS Thomson*, a *Microsoft*, a *Oracle* e *Compaq*, a *GlaxoSmithKline* e a *Renault-Nissan*.

É entendimento generalizado que Marrocos perdeu, no sector têxtil, o mercado de baixos preços, mas tem grandes possibilidades se apostar em produtos de maior valor acrescentado, em grande parte devido à sua proximidade à UE.

A política de promoção do investimento continua a constituir um dos eixos fundamentais da estratégia de desenvolvimento do país, tendo em conta o seu papel determinante na concretização dos objectivos nacionais, sobretudo em termos de crescimento económico sustentado e da criação de empregos.

2.4. Turismo

O turismo é fundamental para o desenvolvimento de Marrocos, nomeadamente enquanto sector empregador, tendo representado 9,6% do PIB em 2007. Nos últimos anos, o número de turistas tem crescido de forma considerável, sendo a França, Espanha, Reino Unido, Alemanha, Itália e EUA os mercados emissores mais representativos. Nestes, incluem-se os cidadãos marroquinos residentes no estrangeiro (MRE), que visitam com frequência o seu país nas férias de Verão e são um importante factor de equilíbrio da balança de invisíveis correntes. As autoridades têm vindo a promover um programa especial de acolhimento, para que os MRE não percam o contacto com o seu país de origem, sobretudo as 2^a e 3^a gerações.

Com o Plano *Vision 2010*, Marrocos pretende atingir 10 milhões de turistas em 2010, duplicar a sua capacidade de alojamento (230 mil camas), empregar 600.000 novos trabalhadores e formar mais 72.000 profissionais da hotelaria e do turismo. O mesmo plano pretende ainda alcançar 7 mil milhões de euros de receita turística, aumentando a contribuição do sector para o PIB para 20% até ao final do presente ano. Para atingir estes objectivos, várias acções foram realizadas em diversas áreas, incluindo o reforço da capacidade do país através do lançamento do programa *Plan Azur* que consiste na criação de seis novas estâncias balneares, nomeadamente Saadia, Mogador (Essaouira), Port Lixus (Larache), Marrakech (Agadir), Plage Blanche (Guelmim) e Mazagão (El Jadida); pretende-se ainda dar continuidade ao desenvolvimento de zonas turísticas tradicionais como Marrakech, Tanger e Casablanca.

De acordo com as estatísticas da *World Tourism Organization* (WTO), entraram nas fronteiras de Marrocos quase 8 milhões de turistas em 2008, a que correspondeu um aumento de 6,4% em relação ao ano anterior.

Indicadores do Turismo

	2004	2005	2006	2007	2008
Turistas (10 ³)	5.477	5.843	6.588	7.408	7.879
Receitas ^b (10 ⁶ USD)	4.541	5.426	5.964	7.181	7.202

Fonte: WTO – World Tourism Organization

Notas: (a) Inclui visitantes nacionais a residir no estrangeiro

(b) IMF – International Monetary Fund; Office des Changes

Em 2009, enquanto os efeitos da recessão ainda se fizeram sentir na maior parte dos centros turísticos, o turismo em África continuou a prosperar, focando-se principalmente no Norte, Sul e zona Este. A Norte, Marrocos é um dos países que continua a beneficiar de custos estruturais bastante competitivos, se os compararmos com os *resorts* da zona a Norte do Mediterrâneo. Segundo o Ministério do Turismo de Marrocos, no ano de 2009, o número de turistas cresceu 6%, embora as receitas tenham decrescido 5% e as dormidas 4%.

3. Relações Económicas com Portugal

3.1. Comércio

Marrocos é um importante parceiro comercial de Portugal, designadamente enquanto destino das nossas exportações, já que no que se refere à origem das importações a sua posição é bastante modesta.

Ocupando posições cada vez mais relevantes na lista dos principais clientes do nosso país (17^a em 2009 e 24^a em 2005), é de realçar que, fora do espaço europeu, Marrocos se encontra em sétimo lugar, depois de Angola, EUA, Brasil, Suíça, Cabo Verde e China. A evolução registada nos últimos anos

traduz um reforço significativo da sua posição e da sua quota enquanto destino das exportações portuguesas.

No contexto do comércio externo marroquino, e de acordo com os dados divulgados pelo *World Trade Atlas*, verifica-se que Portugal ocupa o 21º lugar enquanto fornecedor, representando 1,2% das importações em 2009. Enquanto cliente, Portugal detém actualmente a 17ª posição, com uma quota igualmente de 1,2%.

Importância de Marrocos nos Fluxos Comerciais para Portugal

		2005	2006	2007	2008	2009	2010 Jan/Fev
Como cliente	Posição	24 ^a	22 ^a	21 ^a	17 ^a	17 ^a	18 ^a
	%	0,43	0,48	0,53	0,72	0,69	0,63
Como fornecedor	Posição	47 ^a	48 ^a	47 ^a	51 ^a	53 ^a	42 ^a
	%	0,11	0,14	0,15	0,12	0,12	0,18

Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatística

As transacções comerciais entre os dois países são tradicionalmente favoráveis a Portugal, com as nossas exportações a apresentarem, no período 2005-2009, um crescimento médio anual de 15,7%, enquanto que as importações registaram um aumento de 3%. Ao contrário do que vinha acontecendo, no último ano as exportações portuguesas para Marrocos conheceram uma retracção importante (-21,1% face a 2008, que constituiu o registo mais elevado do período), tendo as importações sofrido uma decréscimo de 17,5%.

No primeiro trimestre do corrente ano verificou-se um aumento das exportações portuguesas para o mercado marroquino face ao período homólogo de 2009 (+31,2%), registando-se a mesma tendência ao nível das importações (+117,6%).

Evolução da Balança Comercial Bilateral

(10 ³ EUR)	2005	2006	2007	2008	2009	Evol. ^a %	2009 Jan/Mar	2010 Jan/Mar	Var.% ^b 09/10
Exportações	131.103	164.020	199.408	273.331	215.527	15,7	44.523	58.398	31,2
Importações	56.427	72.367	85.842	70.911	58.469	3,0	10.767	23.430	117,6
Saldo	74.676	91.653	113.567	202.419	157.058	--	33.756	34.968	--
Coef. Cobertura (%)	232,3	226,7	232,3	385,5%	368,6%	--	413,5%	249,2%	--

Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística

Notas: (a) Média aritmética das taxas de crescimento anuais no período 2005-2009

(b) Taxa de variação homóloga

A estrutura das exportações portuguesas para Marrocos, por grandes grupos de produtos, registou algumas alterações entre 2005 e 2009, com particular destaque para o aumento significativo dos metais comuns e dos veículos e outro material de transporte, enquanto as matérias têxteis (segundo grupo mais exportado em 2005) têm vindo a diminuir.

Por ordem decrescente de valor, os cinco principais grupos de produtos exportados por Portugal em 2009 foram os seguintes: máquinas e aparelhos, metais comuns, veículos e outro material de transporte, matérias têxteis e plástico e borracha que, no conjunto, representaram cerca de 67% das nossas vendas a Marrocos. Se se considerar os sete grupos com um peso individual superior a 5%, a sua representação relativamente ao total exportado eleva-se a 78,5%.

Numa análise mais detalhada das exportações, vale a pena destacar, pelo crescimento assinalável que registaram face a 2008: os automóveis de passageiros e outros veículos de passageiros (+13,1%), os fios e outros condutores e cabos de fibras ópticas (+20,1%) e os óleos de petróleo (+96,5%). Em contrapartida, os produtos semi-manufacturados de ferro ou aço, responsáveis por 11,3% do total exportado em 2009, tiveram uma qubra de 48,6%.

Exportações por Grupos de Produtos

(10 ³ Euros)	2005	% Total 2005	2008	% Total 2008	2009	% Total 2009	Var % 09/10
Máquinas e aparelhos	30.348	23,1	61.008	22,3	49.067	22,8	-19,6
Metais comuns	11.465	8,7	66.647	24,4	42.082	19,5	-36,9
Veículos e outro mat. transporte	4.711	3,6	16.145	5,9	18.355	8,5	13,7
Matérias têxteis	23.171	17,7	19.931	7,3	17.789	8,3	-10,7
Plásticos e borracha	11.856	9,0	19.183	7,0	16.836	7,8	-12,2
Produtos químicos	12.089	9,2	10.821	4,0	13.119	6,1	21,2
Madeira e cortiça	5.781	4,4	21.440	7,8	11.847	5,5	-44,7
Combustíveis minerais	8.931	6,8	8.057	2,9	8.232	3,8	2,2
Minerais e minérios	1.629	1,2	20.226	7,4	6.670	3,1	-67,0
Pastas celulósicas e papel	7.787	5,9	3.144	1,2	3.271	1,5	4,0
Produtos alimentares	1.496	1,1	5.305	1,9	2.720	1,3	-48,7
Instrumentos de óptica e precisão	1.243	0,9	1.903	0,7	2.060	1,0	8,2
Produtos agrícolas	1.924	1,5	1.973	0,7	1.971	0,9	-0,1
Peles e couros	1.518	1,2	465	0,2	1.164	0,5	150,0
Calçado	1.387	1,1	949	0,3	1.118	0,5	17,8
Vestuário	1.328	1,0	489	0,2	288	0,1	-41,1
Outros produtos	1.881	1,4	1.533	0,6	6.863	3,2	347,8
Valores confidenciais	2.560	2,0	14.110	5,2	12.076	5,6	-14,4
Total	131.103	100,0	273.331	100,0	215.527	100,0	-21,1

Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatística

Se atendermos ao grau de intensidade tecnológica das nossas exportações de produtos industriais transformados⁴, em 2005 distribuíram-se da seguinte forma: 8,3% - alta, 41,6% - média/alta, 23,2% -

⁴ Que, segundo o GEE – Gabinete de Estratégia e Estudos (MEI), representam cerca de 96% das exportações totais.

média/baixa e 27,0% - baixa; em 2009 estas classificações tiveram a seguinte representatividade: 4,2%, 44,9%, 30,8% e 20,1%, respectivamente. Podemos concluir que a evolução se caracterizou por uma menor representatividade dos extremos (*alta* e *baixa*) a favor de um acréscimo das categorias intermédias.

Ao nível dos produtos importados, assiste-se a uma maior concentração relativamente às exportações (os cinco primeiros grupos representaram 78,1% do total, em 2009), sendo de destacar o grupo das máquinas e aparelhos, que correspondem a 40,3% do total.

Numa análise mais detalhada das compras de Portugal a Marrocos, merecem particular destaque, em 2009, os seguintes produtos: fios e outros condutores e cabos de fibras ópticas, os quais representaram 35,7% do total, embora com um decréscimo de 12,6% face a 2008; moluscos (7,1% do total) e produtos laminados de ferro/aço (6,9%).

Importações por Grupos de Produtos

(10 ³ Euros)	2005	% Total 2005	2008	% Total 2008	2009	% Total 2009	Var % 09/10
Máquinas e aparelhos	12.613	22,4	26.098	36,8	23.565	40,3	-9,7
Produtos agrícolas	8.168	14,5	2.298	3,2	8.093	13,8	252,1
Vestuário	1.283	2,3	1.278	1,8	5.838	10,0	357,0
Metais comuns	6.961	12,3	6.462	9,1	4.496	7,7	-30,4
Madeira e cortiça	10.521	18,6	7.140	10,1	3.700	6,3	-48,2
Produtos alimentares	1.518	2,7	6.360	9,0	2.716	4,6	-57,3
Minerais e minérios	7.883	14,0	17.000	24,0	2.568	4,4	-84,9
Produtos químicos	4.735	8,4	695	1,0	1.458	2,5	109,7
Veículos e outro mat. transporte	147	0,3	718	1,0	1.120	1,9	55,8
Peles e couros	6	0,0	173	0,2	827	1,4	378,1
Plásticos e borracha	685	1,2	997	1,4	608	1,0	-39,0
Matérias têxteis	390	0,7	510	0,7	435	0,7	-14,6
Calçado	221	0,4	51	0,1	394	0,7	678,8
Instrumentos de óptica e precisão	91	0,2	57	0,1	36	0,1	-35,8
Pastas celulósicas e papel	225	0,4	44	0,1	1	0,0	-97,1
Combustíveis minerais	0	0,0	0	0,0	0	0,0	§
Outros produtos	344	0,6	557	0,8	1.716	2,9	208,0
Valores confidenciais	637	1,1	473	0,7	897	1,5	89,6
Total	56.427	100,0	70.911	100,0	58.469	100,0	-17,5

Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatística

Relativamente ao grau de intensidade tecnológica dos produtos industriais transformados⁵ que importamos de Marrocos, a distribuição em 2005 era a seguinte: 0,3% para a categoria alta, 39,2% para a média-alta, 13,4% para a média-baixa e 47,1% para a baixa; em 2009 a representatividade foi, respectivamente, de 2,6%, 45,8%, 10,7% e 40,8%, verificando-se assim, um aumento do peso das categorias alta e média-alta.

De acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), o número das empresas portuguesas que exportaram produtos para Marrocos, aumentou de 596 em 2004, para 839 em 2008 (último ano disponível). Pelo contrário, o número de empresas portuguesas que adquiriram produtos no mercado marroquino desceu de 267 em 2004 para 238 em 2008.

3.2. Serviços

No âmbito dos serviços, e segundo dados do Banco de Portugal, constata-se que Marrocos é mais importante como fornecedor do que como cliente de Portugal. Apesar dos seus valores já terem algum significado e apresentarem uma tendência geral de crescimento ao longo dos últimos anos (a média anual de crescimento das exportações e importações, no período 2005-2009, foi de 13,9% e 6,7%, respectivamente), as trocas de serviços entre Portugal e Marrocos não assumem uma importância relevante para o nosso país, particularmente em termos de exportações, já que as quotas têm-se situado em torno de 0,2%.

Importância de Marrocos nos Fluxos de Serviços com Portugal

		2005	2006	2007	2008	2009	2010 Jan/Fev
Marrocos como cliente de Portugal	Posição ^a	29 ^a	30 ^a	28 ^a	31 ^a	30 ^a	30 ^a
	% Exp.	0,16	0,16	0,23	0,19	0,17	0,16
Marrocos como fornecedor de Portugal	Posição ^a	18 ^a	13 ^a	13 ^a	26 ^a	29 ^a	25 ^a
	% Imp.	0,52	0,82	1,00	0,33	0,28	0,27

Fonte: Banco de Portugal

Nota: (a) Posição num conjunto de 55 mercados seleccionados

Ao contrário do que acontece no comércio de mercadorias, na área dos serviços a balança bilateral é desfavorável a Portugal, embora o défice tenha diminuído de forma acentuada nos dois últimos anos, em virtude da forte queda das importações, ainda que as exportações também tenham diminuído. As exportações de serviços para Marrocos atingiram cerca de 28,3 milhões de euros no último ano, enquanto as importações alcançaram 28,4 milhões de euros, o que se traduziu num défice de 87 mil euros (o menor dos últimos anos).

⁵ Que representam 93% das importações totais, segundo dados do GEE.

Balança de Serviços entre Portugal e Marrocos

(10 ³ EUR)	2005	2006	2007	2008	2009	Evol. ^a	2010 Jan/Fev
Exportações	20.116	22.878	39.539	34.184	28.283	13,9	3.686
Importações	43.053	78.045	103.918	37.059	28.370	6,7	4.241
Saldo	-22.937	-55.167	-64.379	-2.875	-87	--	-555
Coeficiente Cobertura	46,7%	29,3%	38,0%	92,2%	99,7%	--	--

Fonte: Banco de Portugal

Nota: (a) Média aritmética das taxas de crescimento anuais no período 2005-2009

3.3. Investimento

De acordo com os dados publicados pelo Banco de Portugal, e exceptuando o ano de 2002, em que Marrocos ocupou um importante 7º lugar enquanto destino do investimento directo português no exterior (IDPE), este mercado não se tem revelado prioritário para os investidores nacionais tendo ocupado, em 2009, o 18º lugar do *ranking* do IDPE, com uma quota de 0,2%.

Ao longo dos últimos anos, o investimento realizado em Portugal com origem em Marrocos, embora demonstre uma tendência de crescimento até 2008, não tem expressão, relegando o país para posições muito baixas no *ranking* dos investidores estrangeiros (30ª em 2008). Em 2009 não se registou qualquer investimento marroquino em Portugal.

Importância de Marrocos nos Fluxos de Investimento para Portugal

		2005	2006	2007	2008	2009	2010 Jan/Fev
Portugal como receptor (IDE)	Posição ^a	45 ^a	37 ^a	36 ^a	30 ^a	-	36 ^a
	% ^b	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Portugal como emissor (IDPE)	Posição ^a	22 ^a	16 ^a	22 ^a	21 ^a	18 ^a	20 ^a
	% ^b	0,1	0,5	0,2	0,3	0,2	0,2

Fonte: Banco de Portugal (BdP)

Notas: (a) Posição do mercado enquanto Origem do IDE bruto total e Destino do IDPE bruto total, num conjunto de 55 mercados

(b) Com base no ID bruto

Em 2009 assistiu-se a um decréscimo dos fluxos de investimento português em Marrocos, que não foram além de 14,9 milhões de euros (-54,7% face a 2008). Por outro lado, os valores do desinvestimento registaram uma assinalável subida nos últimos três anos, o que teve implicações ao nível do investimento líquido, que atingiu um valor negativo em 2009 (-17,6 milhões de euros).

Investimento Directo de Portugal em Marrocos

(10 ³ EUR)	2005	2006	2007	2008	2009	Var % ^a 05/09	2010 Jan/Fev
Investimento bruto	13.627	50.269	27.164	32.850	14.887	47,3	1.864
Desinvestimento	2.578	769	17.774	26.694	32.471	553,2	382.232
Investimento líquido	11.049	49.500	9.390	6.156	-17.584	--	-380.368

Fonte: Banco de Portugal (BdP)

Nota: (a) Média aritmética das taxas de crescimento anuais no período 2005-2009

No entanto, se do ponto de vista estritamente financeiro, o investimento português em Marrocos é baixo, a presença de empresas portuguesas está calculada em cerca de 115, sendo de notar o reforço da tendência para o incremento das PME nacionais em detrimento das grandes empresas (de assinalar a saída da Portugal Telecom do capital do operador móvel marroquino Meditel). Em termos sectoriais, a presença nacional assenta na fileira da construção (construção e obras públicas, cimento, materiais de construção e, de forma crescente, engenharia e arquitectura), bem como nas confecções e calçado, indústria transformadora, farmacêutica, agro-indústria e serviços (nesta última área merece menção especial a duplicação das frequências da TAP para Casablanca e o anúncio de três frequências semanais para Marrakech a partir de Junho de 2010).

A despeito da retracção no lançamento de novas obras em Marrocos, as empresas portuguesas instaladas no mercado ganharam, durante 2009, contratos públicos e privados num valor superior a 180 milhões de euros. Entre os contratos mais importantes encontram-se alguns de grande relevo, como o alargamento da autoestrada Rabat-Casablanca e a construção da gare ferroviária de Casablanca Port (ambos adjudicados à empresa Conduril) ou da estrutura metálica da nova fábrica da Renault em Tanger (adjudicada à empresa Martifer), elevando o montante de contratos atribuídos a empresas portuguesas desde 2007 a mais de 1.000 milhões de euros.

Numa perspectiva de aumento dos investimentos portugueses em Marrocos, terá de ser considerado que a prioridade do Governo marroquino continua a ser o reforço do investimento público em todas as suas vertentes, em especial nas infraestruturas, com repercussão social. Prevê-se assim, para 2010, um montante global de 14,8 mil milhões de euros de investimentos (9,2 mil milhões a efectuar pelas empresas e estabelecimentos públicos e os restantes 5,6 milhões directamente pelo Estado e pelas colectividades locais).

De acordo com os responsáveis governamentais marroquinos, o investimento público deverá conhecer novo incremento ao longo dos próximos dois anos, em especial o protagonizado pelas empresas e estabelecimentos públicos, devendo esta importante parcela alcançar, respectivamente, 10,5 mil milhões de euros e 11 mil milhões de euros, em 2011 e 2012. Neste contexto são de realçar, entre outros projectos com potencial interesse para as empresas portuguesas, o reforço da rede eléctrica, a promoção da habitação social, a extensão da rede de autoestradas, as novas linhas ferroviárias e de TGV, as infraestruturas portuárias (em especial a extensão de Tanger Med e novo porto Nador West Med) e aeroportuárias, os grandes trabalhos de reabilitação urbana, os planos solar e eólico, bem como as parcerias público-privadas (PPP) no domínio agrícola.

Investimento Directo de Marrocos em Portugal

(10 ³ EUR)	2005	2006	2007	2008	2009	Var % ^a 05/09	2010 Jan/Fev
Investimento bruto	16	450	707	2.386	0	726,8	17
Desinvestimento	1.500	170	540	1.556	574	63,5	60
Investimento líquido	-1.484	280	167	830	-574	--	-43

Fonte: Banco de Portugal (BdP)

Nota: (a) Média aritmética das taxas de crescimento anuais no período 2005-2009

Os valores do investimento marroquino no nosso país, ao longo do período 2005-2009, revelam-se muito baixos e voláteis, o que permite concluir que Portugal não tem sido um destino escolhido pelas empresas marroquinas que já se internacionalizaram.

3.4. Turismo

Relativamente ao turismo de Marrocos em Portugal e com base nas receitas geradas na hotelaria global – o único indicador disponível – verificou-se um decréscimo médio anual de 15,8% entre 2005 e 2009, que foi particularmente acentuado no último ano (-59% face a 2008). Neste contexto, o mercado marroquino ocupou, em 2009, a 53^a posição no *ranking* das receitas provenientes dos países emissores de turistas para Portugal, num conjunto de 55 mercados seleccionados, com um montante de 853 mil euros.

Pelas estatísticas conhecidas relativamente aos dois primeiros meses do corrente ano, não se prevê uma melhoria significativa da situação.

Turismo de Marrocos em Portugal

	2005	2006	2007	2008	2009	Var % ^a 05/09	2010 Jan/Fev
Receitas (10 ³ EUR) ^b	2.223	2.297	2.529	2.082	853	-15,8	145
% Total ^c	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	--	0,0
Posição ^d	36 ^a	40 ^a	46 ^a	50 ^a	53 ^a	--	53 ^a

Fontes: INE – Instituto Nacional de Estatística; Banco de Portugal

Notas: (a) Média aritmética das taxas de crescimento anuais no período 2005-2009

(b) Inclui apenas a hotelaria global

(c) Refere-se ao total de estrangeiros

(d) Posição enquanto mercado emissor, num conjunto de 55 mercados seleccionados

4. Relações Internacionais e Regionais

O Reino de Marrocos é membro, nomeadamente, do Banco Árabe para o Desenvolvimento Económico em África (BADEA), do Banco Islâmico de Desenvolvimento (BisD), do Fundo Árabe para o Desenvolvimento Económico e Social (FADES), do Banco Africano de Desenvolvimento (BAfD), do

Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BERD), da União Africana (UA) e da Organização das Nações Unidas (ONU), assim como da maioria das suas agências especializadas, de entre as quais se destaca o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o Fundo Monetário Internacional (FMI). É, ainda, membro da Organização Mundial do Comércio (OMC) desde 1 de Janeiro de 1995.

A nível regional, Marrocos integra a Liga dos Estados Árabes (LEA), a União do Magreb Árabe (UMA) e o Fundo Monetário Árabe (FMA). Este país assinou, ainda, um Acordo de Associação com a União Europeia e, mais recentemente, Acordos de Livre Comércio com a Jordânia, Egipto e Tunísia (Acordo de Agadir) e com os EUA, entre outros.

A Liga dos Estados Árabes, mais conhecida por Liga Árabe, foi instituída em 1945 com o objectivo de estreitar a cooperação no domínio económico, financeiro e comercial entre os países membros. A Liga conta, actualmente, com vinte e três membros (e quatro observadores - Brasil, Eritreia, Índia e Venezuela) e tem estatuto de observador na Assembleia-Geral das Nações Unidas.

A UMA, criada em 1989, constitui uma organização de integração regional, com o fim de promover a unificação política, social e económica dos seus membros, bem como a criação de um mercado comum no Norte de África.

Estabelecido em 1977, o FMA tem por finalidade impulsionar o processo de integração e desenvolvimento económico dos seus membros, prestando-lhes assistência técnica, com o objectivo, entre outros, de eliminar progressivamente as barreiras alfandegárias, a coordenação das políticas monetárias e a promoção da estabilidade cambial nos respectivos mercados.

Por sua vez, as relações comerciais de Marrocos com a União Europeia processam-se no âmbito do Acordo de Associação Euro-Mediterrânico, em vigor desde 2000, e cuja plena realização deverá ser alcançada em 2012, com o total desmantelamento alfandegário.

Finalmente, no contexto do processo de abertura ao exterior, Marrocos assinou vários Acordos de Livre Comércio, dos quais se destacam, pela sua relevância e projecção, o Acordo de Agadir que estabelece uma Zona de Comércio Livre entre Marrocos, Egipto, Jordânia e Tunísia, com o objectivo de dinamizar o processo de integração económica “Sul-Sul” e o Acordo de Livre Comércio com os EUA.

Este último Acordo, em vigor desde Abril de 2007, representa uma importante alavanca para o comércio externo marroquino, ao permitir a exportação de produtos industriais e de bens de consumo (ex.: têxteis; calçado; e cerâmicas) para os EUA com eliminação imediata de direitos aduaneiros. Esta vantagem competitiva verifica-se, também, para as empresas portuguesas instaladas em Marrocos que podem vender para o mercado americano a sua produção proveniente de Portugal, transformada e concluída em Marrocos, enquanto que a exportação directa da UE para os EUA está sujeita ao pagamento de direitos aduaneiros.

5. Condições Legais de Acesso ao Mercado

5.1. Regime Geral de Importação

As trocas comerciais de Marrocos com o exterior regem-se pelo disposto na Lei n.º 13-89, de 1992 (com alterações posteriores) – www.mce.gov.ma/Reglementation/Reg_loi.asp. De acordo com esta legislação, praticamente todas as mercadorias podem ser importadas livremente mas com respeito pelos limites impostos à protecção da moral, segurança e ordem públicas, da saúde, da fauna e flora, do património histórico, arqueológico e artístico nacional, ou para preservar a posição financeira do país. Necessitam de licença de importação os explosivos e material de armamento e os bens usados, incluindo os pneus recauchutados.

No que concerne aos restantes produtos, a sua importação é, como referimos, efectuada livremente, sendo apenas exigido que o importador solicite um *Engagement d'Importation* (documento indispensável à tramitação aduaneira e à regularização dos pagamentos com uma validade de 6 meses) – www.mce.gov.ma/Avis/eng_imp.pdf, junto de uma instituição bancária autorizada para o efeito.

Os produtos alimentares estão sujeitos a rigorosa regulamentação sanitária. Assim, a importação de animais vivos e produtos de origem animal deve ser acompanhada de um certificado veterinário, ficando estes ainda submetidos a inspecção prévia, por parte das autoridades locais. No que respeita aos produtos vegetais, é necessária a apresentação de um certificado fitossanitário, no qual deverá constar que os mesmos se encontram livres de parasitas e foram embalados de acordo com as normas sanitárias em vigor. A importação de produtos farmacêuticos deve obter a concordância do *Ministère de la Santé* – www.sante.gov.ma/Discours/jumelage.htm, solicitada pelo importador.

A Pauta Aduaneira de Marrocos segue o Sistema Harmonizado de Designação e Codificação de Mercadorias. Por sua vez, os direitos aduaneiros são calculados numa base *ad valorem* sobre o valor CIF das mercadorias.

Os produtos comunitários e, como tal, os portugueses, beneficiam de isenções/reduções das taxas dos direitos de importação, conforme previsto no Acordo de Associação Euro-Mediterrânico. Para que as mercadorias possam ter acesso a este tratamento preferencial deverão ser acompanhadas do Certificado de Circulação de Mercadorias EUR-1, como prova da origem.

Para além do Certificado EUR-1, a prova do carácter originário dos bens pode ser efectuada mediante uma declaração redigida pelo exportador numa factura, ordem de entrega ou outro documento comercial, desde que o valor das mercadorias não exceda 6.000,00 euros.

No caso dos produtos agrícolas sujeitos a contingentes pautais, os importadores devem solicitar uma *Demande de Franchise Douanière* (www.mce.gov.ma/Avis/FRANCH_1.pdf) à *Direction de la Politique Commerciale Extérieure*, do *Ministère du Commerce Extérieur* marroquino.

Os direitos aduaneiros cobrados na entrada dos produtos comunitários em Marrocos podem ser consultados, por produto e de forma actualizada quanto ao momento da exportação, no Site *Market Access Database* – tema – *Applied Tariffs Database*, da responsabilidade da União Europeia (<http://mkaccdb.eu.int>).

A *Administration des Douanes et Impôts Indirects* disponibiliza, igualmente, uma base de dados *on-line* onde podem ser consultados os direitos aduaneiros e outras taxas aplicadas na importação [“ADIL – *Assistance au Dédouanement des Marchandises à l’Importation en Ligne*” – <http://www.douane.gov.ma/adil/default.htm> – Após a introdução da classificação/designação do produto, consultar *Tarif (Droits et Taxes)*. Para saber se há isenção/redução para os produtos de origem comunitária, consultar *Accords et Convention*].

Para além destes encargos, os produtos estão ainda sujeitos ao Imposto sobre o Valor Acrescentado, de acordo com as seguintes taxas: normal de 20% (generalidade dos bens); 14% (produtos alimentares); 10% (turismo, restauração e alguns bens de equipamento); reduzida de 7% (bens essenciais). Há, ainda, alguns produtos sujeitos a taxas específicas, tais como o vinho, ouro, platina e prata – <http://www.finances.gov.ma>.

5.2 Regime de Investimento Estrangeiro

A “Carta de Investimento” (Lei-Quadro n.º 18-95), em vigor desde 1 de Janeiro de 1996, veio diminuir e simplificar os procedimentos administrativos referentes à realização de investimentos, tendo adoptado incentivos comuns para todos os sectores, à excepção do sector agrícola, cujo regime fiscal é objecto de legislação específica.

Ao investidor estrangeiro é concedido idêntico tratamento que aos nacionais, praticamente para todos os sectores de actividade, podendo as empresas ser detidas na totalidade por capital externo. No entanto, a exploração de certos recursos está vedada à participação estrangeira, uma vez que são considerados estratégicos (por exemplo, a exploração de fosfatos, cujo monopólio é detido pelo *Office Chérifien des Phosphates* – OCP) – www.ocpgroup.ma/jsp/english/index.jsp.

O Estado garante o repatriamento total do capital investido e reinvestido sem limite dos rendimentos, dos dividendos, parte dos lucros e *royalties*, dos rendimentos prediais auferidos pelos beneficiários estrangeiros não residentes, dos lucros realizados pelas sucursais marroquinas das sociedades estrangeiras, de todos os resultados distribuídos pelos accionistas ou associados não residentes e dos proveitos resultantes da cessação ou liquidação total ou parcial do investimento, incluindo as mais-valias.

Regra geral, as operações de investimento estrangeiro não obedecem a formalidades especiais, devendo ser reportadas ao *Office des Changes*, num prazo de seis meses após a respectiva realização.

Com o objectivo de atrair o capital estrangeiro foram adoptadas, entre outras medidas: a redução da carga fiscal nas operações de aquisição de bens de equipamento, materiais e ferramentas necessários à realização do investimento, nomeadamente com a aplicação de direitos aduaneiros mais baixos e de isenção de IVA; a redução da taxa de imposto que recai sobre o rendimento e o lucro; a isenção do imposto referente aos registos e taxas locais no âmbito da aquisição de terrenos ou ampliação de estruturas já existentes; a aplicação de um regime preferencial em favor do desenvolvimento regional; e a promoção de praças financeiras *off shore*, de zonas francas de exportação e de um regime franco de entreposto industrial. Algumas regiões como Tânger têm um regime especial de redução de 50% de todos os impostos.

Segundo o artigo 17.º, da Lei-Quadro n.º 18-95 e respectiva regulamentação de aplicação, as empresas cujo projecto de investimento se revele de grande importância em função do montante e do número de trabalhadores (nomeadamente se iguais ou superiores a 200 milhões de *dirhams* investidos - cerca de 19 milhões de euros - e 250 ou mais postos de trabalho criados), se realize numa das províncias ou municípios definidos no Decreto n.º 2-98-520, assegure transferência de tecnologias e contribua para a protecção do ambiente, podem ainda, mediante a celebração de contratos individualizados com o Estado, usufruir de apoios especiais.

Entre os incentivos estão previstas as contribuições estatais nas despesas inerentes à aquisição de terrenos, de infra-estruturas e de formação profissional, além de isenção de direitos aduaneiros e do IVA aplicáveis à importação de bens associados ao investimento. Este dever-se-á realizar nos trinta e seis meses seguintes ao estabelecimento do acordo com o Estado.

Marrocos conta ainda com quatro Zonas Francas (uma zona franca aeroportuária de exportação, situada em Tânger, com as empresas aí instaladas a beneficiarem de condições especiais para o desenvolvimento de actividades industriais e comerciais, nomeadamente em termos fiscais e de comércio externo, duas zonas francas “tradicionais” em Tanger Med Ksar el Majaz Melloussa 1 e 2, outra em Dakhla et de Laayoune e, uma quarta, para armazenagem de hidrocarbonetos, em Kebdana (Nador) – www.mce.gov.ma/flach_info/zones_franche.asp).

Em termos de organismos de apoio ao investimento, a *Agence Marocaine de Développement des Investissements*, criada em 2009 (em substituição da extinta *Direction des Investissements*), é a entidade responsável pela promoção e prospecção de novos investimentos, pelo desenvolvimento de zonas de actividade para os sectores do comércio, indústria e novas tecnologias e, ainda, pela coordenação dos investimentos a nível nacional e internacional.

De acordo com a localização do investimento, os promotores devem contactar com o respectivo *Centre Régional d'Investissement* (CRI). Os CRI (instituídos em 2002) têm como funções essenciais disponibilizar ajuda à criação de empresas e apoiar os investidores na realização dos seus projectos de investimento, através da assistência de dois *guichets* únicos, assim como promover a atractividade das regiões nos sectores de forte potencial. Existem CRI nas principais Províncias.

Por forma a promover o desenvolvimento das relações de investimento entre os dois países, foram assinados entre Portugal e Marrocos o Acordo sobre a Promoção e a Protecção Recíproca dos Investimentos (em 2008 foi publicado novo Acordo de Promoção que aguarda ratificação para entrar em vigor, substituindo o actual Acordo) e a Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, em vigor desde 22 de Março de 1995 e 27 de Junho de 2000, respectivamente.

Finalmente, importa referir a Linha Concessional para Marrocos (200 milhões de euros) que visa promover as parcerias empresariais no desenvolvimento de projectos de interesse comum. Operações enquadráveis: exportação de serviços, ou simultaneamente de bens e serviços de origem portuguesa; exportação de bens de equipamento e intermédios de origem portuguesa; e despesas locais relativas às operações mencionadas até ao máximo de 20% do valor do contrato entre o exportador e o importador, podendo ser autorizada uma percentagem superior no caso da construção civil.

Encontra-se em fase de contratualização o reforço da Linha (em mais 200 milhões de euros, perfazendo o total de 400 milhões de euros). Os interessados podem consultar informação sobre esta Linha de Crédito no *site* da AICEP “Apoios Financeiros à Internacionalização” – <http://www.portugalglobal.pt/PT/Internacionalizar/GuiaPraticoApoiosFinanceirosInternacionalizacao/Documents/Linhas%20Crédito/LinhaCreditoConcessionalMarrocos400MilhoesEUR.pdf>

5.3 Quadro Legal

Regime de Importação

- *Lei n.º 13-89, de 9 de Novembro 1992, alterada pela Lei n.º 3-96, de 12 de Fevereiro 1993 (entre outras)* – Sobre o Regime Legal do comércio Externo.
(<http://www.mce.gov.ma/Reglementation/PDF/Loi%2013-89.pdf>)

Os interessados podem consultar, no *site* da União Europeia, tema “Relações Externas”, informação sobre o relacionamento bilateral entre a UE e o Marrocos – http://ec.europa.eu/external_relations/morocco/index_en.htm

Regime de Investimento Estrangeiro

- *Lei n.º 65-99, de 11 de Setembro 2003 (publicada em 2004)* – Aprova o Novo Código do Trabalho.
(<http://www.maroc.ma/NR/rdonlyres/9A951844-BCA6-4468-9EFD-7460E229E00F/0/codedetravail.pdf>)
- *Decreto-Lei n.º 2-02-645, de 10 de Setembro 2002* – Cria a Agência para a Promoção e Desenvolvimento Económico e Social das Províncias do Sul do Reino de Marrocos, responsável pelas zonas francas de Tanger Med Ksar el Majaz Melloussa 1 e 2 e zona franca de Dakhla et de Laayoune
(<http://www.lagencedusud.gov.ma/download/Textes-juridique-fr.pdf>)

- *Lei-Quadro n.º 18-95, de 8 de Novembro 1995* – Estabelece a Carta de Investimento.
(http://www.maroc.ma/NR/rdonlyres/DBE80874-8C43-40DD-9B6A-2522BF775CBF/0/CHARTE_FRANCAIS.pdf)
- *Lei n.º 19-94, de 15 de Fevereiro 1995* – Define o regime legal das Zonas Francas de Exportação.
(<http://www.maroc.ma/NR/rdonlyres/81E4A4E3-28AC-4FAE-8D5F-1F2AC289B812/0/LALOI1994ZF.pdf>)

Acordos Relevantes

- *Decisões n.ºs 2000/204/CE, CECA e 2000/205/CEE, JOCE n.º L70, de 18 de Março* – Celebração de um Acordo Euro-Mediterrânico que cria uma Associação entre as Comunidades Europeias e o Reino de Marrocos.
- *Resolução da Assembleia da República n.º 69-A/98, de 23 de Dezembro* – Aprova a Convenção para Evitar a Dupla Tributação entre Portugal e Marrocos.
- *Decreto n.º 5/90, de 1 de Março (aguarda-se, conforme já referido, a ratificação e entrada em vigor do novo Acordo publicado no Decreto n.º 30/2008, de 27 de Agosto)* – Aprova o Acordo sobre a Promoção e a Protecção Recíproca dos Investimentos entre Portugal e Marrocos.

Para mais informação legislativa sobre mercados externos, consulte o site da aicep Portugal Global em:
<http://www.portugalglobal.pt/PT/Internacionalizar/SobreMercadosExternos/Paginas/SobreMercadosExternos.aspx>

6. Informações Úteis

Formalidades na Entrada

Os cidadãos portugueses estão isentos de visto para estadias de turismo até 90 dias. Têm apenas de ser portadores de um passaporte válido.

Riscos de Crédito e Caução e do Investimento Nacional no Estrangeiro

A COSEC – Companhia de Seguro de Créditos, S.A. gere, por conta do Estado português, a garantia de cobertura de riscos de crédito e caução e do investimento nacional no estrangeiro, originados por factos de natureza política, monetária e catastrófica.

No contexto das Políticas de Cobertura para Mercados de Destino das Exportações Portuguesas, apólice individual, a cobertura para o mercado de Marrocos (prioritário) é a seguinte (Abril de 2010):

Curto prazo – Aberta sem condições restritivas.

Médio/Longo prazo – Garantia bancária ou garantia soberana.

Indicações mais pormenorizadas sobre políticas e condições de cobertura podem ser obtidas junto da Direcção Internacional da COSEC.

Hora Local

Corresponde ao UTC (Tempo Universal Coordenado). Em relação a Portugal, Marrocos tem a mesma hora no Inverno e menos uma hora no Verão (Março a Setembro).

Horários de Funcionamento

Serviços Públicos:

(de segunda a sexta-feira)

Inverno – 9h00 às 16h30

Verão – 9h00 às 15h00

Ramadão – 9h00 às 15h00

Bancos:

(de segunda a sexta-feira)

Inverno – 8h15 às 16h00

Verão – 8h30 às 15h00

Ramadão – 9h00 às 15h00

Comércio:

(de segunda-feira a domingo)

Inverno – 9h00 às 13h00/15h00 ou 15h30 às 19h00

Verão – 9h00 às 13h00/15h00 ou 15h30 às 20h00 ou 20h30

Ramadão – 10h00 às 13h00/14h00 às 16h00

Em alguns locais o comércio encerra ao domingo.

Ferriados 2010

- 1 de Janeiro – Ano Novo
- 11 de Janeiro – Manifesto da Independência
- 26 de Fevereiro – Aid Al Maoulid (Festa do Nascimento do Profeta) *
- 1 de Maio – Dia do Trabalho
- 30 de Julho – Festa do Trono
- 14 de Agosto – Dia de Oued ed-Dahab
- 20 de Agosto – Revolução do Rei e do Povo
- 21 de Agosto – Festa da Juventude
- 10 de Setembro - Aid Al Fitre (Festa do Fim do Ramadão) *
- 16 de Novembro - Aid Al Adha (Festa do Carneiro) *
- 18 de Novembro – Festa da Independência
- 7 de Dezembro – Ano Novo Muçulmano *

* Os feriados muçulmanos são marcados de acordo com a observação local das várias fases da lua; em consequência, as datas acima indicadas são variáveis.

Corrente Eléctrica

220/110 Volts AC, 50Hz.

Pesos e Medidas

Marrocos utiliza o sistema métrico, embora também sejam usadas algumas unidades de medida locais.

7. Endereços Diversos

Em Portugal

Embaixada do Reino de Marrocos
Rua Alto do Duque, 21
1400-099 Lisboa
Tel.: (+351) 213 020 842 | Fax: (+351) 213 020 935
E-mail: sifmar@emb-marroccos.pt | <http://www.emb-marrocos.pt>

aicep Portugal Global
O' Porto Bessa Leite Complex
Rua António Bessa Leite, 1430, 2º
4150-074 Porto
Tel.: (+351) 226 055 300 | Fax: (+351) 226 055 399
E-mail: aicep@portugalglobal.pt | <http://www.portugalglobal.pt>

aicep Portugal Global

Av. 5 de Outubro, 101

1050-051 Lisboa

Tel.: (+351) 217 909 500 | Fax: (+351) 217 909 581

E-mail: aicep@portugalglobal.pt | <http://www.portugalglobal.pt>

Câmara de Comércio e Indústria Luso-Marroquina

Edifício ISLA - Quinta do Bom Nome - Estrada da Correia, 53 – Carnide

1500-210 Lisboa

Tel.: (+351) 213 970 036 | Fax: (+351) 213 970 588

E-mail: ccilm@lx.isla.pt | <http://www.ccilm.pt/>

COSEC – Companhia de Seguros de Créditos

Direcção Internacional

Av^a. da República, 58

1069-057 Lisboa

Tel.: (+351) 217 913 821 | Fax: (+351) 217 913 839

E-mail: international@cosec.pt | <http://www.cosec.pt>

Turismo de Portugal, I.P.

Rua Ivone Silva, Lote 6

1050-124 Lisboa

Tel.: (+351) 211 140 200 | Fax: (+351) 211 140 830

E-mail: info@turismodeportugal.pt | <http://www.turismodeportugal.pt>

Em Marrocos

Embaixada de Portugal em Rabat

5, Rue Thami Lamdouar - Souissi

Rabat

Tel.: (+212) 537 75 64 46/47/50 | Fax: (+212) 537 75 64 45

E-mail: ambassade.portugal@menara.ma

aicep Portugal Global

Agence pour l'Investissement et le Commerce Extérieur du Portugal

Ambassade du Portugal

5, Rue Thami Lamdouar

B. Postale 5050 Souissi - Rabat

Tel.: (+212) 537 752 472 | Fax: (+212) 537 656 984

E-mail: aicep.rabat@portugalglobal.pt | <http://www.portugalglobal.pt>

Ministère de l'Economie et des Finances

Quartier Administratif - Chellah

Rabat

Tel.: (+212) 537 67 75 01-08 ou (+212) 537 67 72 00-11 | Fax: (+212) 537 67 75 27/28

E-mail: daag@daag.finances.gov.ma | <http://www.finances.gov.ma>

Ministère du Commerce Extérieur

63, Avenue Moulay Youssef

Rabat

Tel.: (+212) 537 70 73 20 | Fax: (+212) 537 70 32 31

E-mail: ministere@mce.gov.ma | <http://www.mce.gov.ma>

Bank Al-Maghrib (Banco Central)

277, Avenue Mohamed V - B. P. 445

Rabat

Tel.: (+212) 537 70 26 26 | Fax: (+212) 537 70 66 67

E-mail: webmaster@bkam.gov.ma | <http://www.bkam.ma>

8. Fontes de Informação

8.1. Informação Online **aicep** Portugal Global

- Título: “Marrocos – Oportunidades e Dificuldades do Mercado”
Edição: 03/2010
- Título: “Marrocos – Acordos Bilaterais Portugal/Magreb”
Edição: 03/2010
- Título: “Marrocos – Informações e Endereços Úteis”
Edição: 02/2010
- Título: “Marrocos – Condições Legais de Acesso ao Mercado”
Edição: 01/2010
- Título: “Marrocos – Sites Seleccionados”
Edição: 01/2010
- Título: “Marrocos – Acordo sobre a Promoção e a Protecção Recíproca dos Investimentos”
Edição: 08/2009

- Título: “Marrocos – Dossier Especial”
Edição: 11/2006
- Título: “Marrocos – Regime Legal de Investimento Estrangeiro”
Edição: 11/2005
- Título: “Marrocos – Estabelecimento de Empresas”
Edição: 11/2005
- Título: “Marrocos – Sistema Laboral e de Segurança Social”
Edição: 11/2005
- Título: “Marrocos – Sistema Fiscal”
Edição: 11/2005
- Título: “Marrocos – Incentivos ao Investimento”
Edição: 11/2005

Documentos de Natureza Geral

- Título: “Acordos Bilaterais Celebrados por Portugal”
Edição: 03/2010
- Título: “Apoios Financeiros à Internacionalização – Guia Prático”
Edição: 02/2010
- Título: “Aspectos a Acautelar num Processo de IDPE”
Edição: 04/2009
- Título: “Marcas e Desenhos ou Modelos – Regimes de Protecção”
Edição: 02/2009
- Título: “Normalização e Certificação”
Edição: 11/2008
- Título: “Como Participar em Feiras nos Mercados Externos”
Edição: 08/2008
- Título: “Seguros de Créditos à Exportação”
Edição: 06/2008

- Título: “Seguro de Investimento Directo Português no Estrangeiro”
Edição: 06/2008
- Título: “Guia do Exportador”
Edição: 02/2008
- Título: “Dupla Tributação Internacional”
Edição: 12/2004
- Título: “A Internacionalização das Marcas Portuguesas através do Franchising”
Edição: 11/2004
- Título: “Pagamentos Internacionais”
Edição: 06/2004

A Informação On-line pode ser consultada no *site* da aicep Portugal Global, na Livraria Digital em – <http://www.portugalglobal.pt/PT/Biblioteca/Paginas/Homepage.aspx>.

8.2. Endereços de Internet

- Administration des Douanes et Impôts Indirects – <http://www.douane.gov.ma/>
- Agence Nationale pour la Promotion de la Petite et Moyenne Entreprise (ANPME) – <http://www.anpme.ma/>
- ANIMA Investment Network – <http://www.animaweb.org/>
- Artémis (site de informação jurídica) – <http://www.artemis.ma/Front/Bases/Visiteur.aspx>
- Chambre des Représentants (Parlement) – <http://www.parlement.ma/fe/>
- Confédération Générale des Entreprises du Maroc (CGEM) – <http://www.cgem.ma/>
- Conseil National du Commerce Extérieur – <http://www.cnce.org.ma/>
- CRI Casablanca – <http://www.casainvest.ma/>
- CRI Marrakech – <http://www.crimarrakech.ma/accueil1.asp?codelangue=23&po=2>

- CRI Rabat – <http://www.rabatinvest.ma/>
- CRI Tanger – <http://www.investangier.com/>
- Etablissement Autonome de Contrôle et de Coordination des Exportations (EACCE) – <http://web2.eacce.org.ma/>
- Institut National de Statistique et d'Economie Appliquée (INSEA) – <http://www.insea.ma/>
- Ministère de l'Economie et des Finance – http://www.finances.gov.ma/portal/page?_pageid=53,1&_dad=portal&_schema=PORTAL
- Ministère de l'Industrie, du Commerce et des Nouvelles Technologies (Département du Commerce et de l'Industrie) – <http://www.mcinet.gov.ma/mciweb/index.jsp>
- Ministère de la Santé – <http://www.sante.gov.ma/Discours/jumelage.htm>
- Ministère des Affaires Etrangères et de la Coopération – <http://www.maec.gov.ma/fr/default.asp>
- Ministère du Commerce Extérieur – <http://www.mce.gov.ma/Home.asp>
- Office Chérifien des Phosphates (OCP) – <http://www.ocpgroup.ma/jsp/english/index.jsp>
- Office des Changes – <http://www.oc.gov.ma/>
- Office National Marocain du Tourisme – <http://www.visitmorocco.com/index.php/fre>
- Portail National du Maroc – <http://www.maroc.ma/Portailinst/Fr/>
- Portal Europa (Acordos Euro-Mediterrânicos de Associação) – http://europa.eu/legislation_summaries/external_relations/relations_with_third_countries/mediterranean_partner_countries/r14104_pt.htm
- Secrétariat Générale du Gouvernement – <http://www.sgg.gov.ma/sgg.aspx>
- Tourisme au Maroc – <http://www.tourism-in-morocco.com/>